N/E/X/T AUDITORES

Demonstrações Financeiras

EMPHASIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ: 57.339.373/0001-09

Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40

DATA BASE
31/07/2026 - EXERCÍCIO

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Demonstração da posição financeira	9
Demonstração do resultado do exercício	10
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos cotistas e à administradora do

EMPHASIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Emphasis Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de julho de 2026 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Emphasis Fundo de Investimento em Direitos Creditórios em 31 de julho de 2026 e o desempenho de suas operações para o exercício findo na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos De Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A determinação dos Principais Assuntos de Auditoria compreendeu a análise das áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante e riscos significativos, julgamentos significativos de nossa parte sobre áreas que envolveram estimativas por parte da administração e os efeitos sobre a auditoria de fatos e transações significativos ocorridos durante o período. Como resultado de nossos trabalhos, determinamos como principais assuntos a serem tratados no presente trabalho:

COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Consideramos a avaliação das Cotas de Fundos de Investimento como um assunto relevante em nossa auditoria devido ao fato de possuir saldo de R$ 105.237 mil,

representando 100,09% do patrimônio líquido do Fundo, composto por cotas de fundo de investimento que obtém ganhos através de aplicações em direitos creditórios, em ativos financeiros, em títulos públicos federais, ou em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, utilizando-se dos instrumentos disponíveis tanto no mercado a vista quanto nos mercados de derivativos, pretendendo propiciar aos quotistas uma performance superior e/ou similar aos das taxas de juros praticados no mercado interfinanceiro. A mensuração a valor justo das cotas desses fundos investidos se dá pela atualização do valor da cota divulgada pela Administradora.

COMO CONDUZIMOS O PAA EM NOSSA AUDITORIA

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre as conciliações contábeis dos saldos; (ii) verificação da existência e propriedade dos investimentos por meio do confronto das quantidades de cotas registradas pelo Fundo com os respectivos extratos de custódia; (iii) verificação da valorização dos investimentos e dos registros efetuados com base nas informações e documentações disponibilizadas e divulgadas pelo fundo investido; (iv) análise das demonstrações financeiras e do respectivo relatório do auditor independente do fundo investido, quando disponíveis, considerando eventuais assuntos que pudessem afetar a mensuração do investimento mantido pelo Fundo; e (v) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA EXECUTADOS

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os investimentos em cotas de fundos de investimento, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Responsabilidades Da Administradora Do Fundo Pelas Demonstrações Financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora do Fundo pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é a sua Administradora, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora do Fundo.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau - SC, 29 de outubro de 2026.



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4
Ricardo Artur Spezia – Sócio
Contador SC-028595/O-2

Emphasis Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ: 57.339.373/0001-09
Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40

Demonstração da Posição Financeira em 31 de julho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/07/2026	% sobre patrimôn líquido	31/07/2025	% sobre patrimôn líquido
Ativo					
Títulos e Valores Mobiliários		**105.237**	**100,09**	**79.863**	**99,49**
Cotas de Fundos de Investimentos		**105.237**	**100,09**	**79.863**	**99,49**
Fundos de Investimento Financeiro	**4**	**10.117**	**9,62**	**567**	**0,71**
Cotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa		10.117	9,62	567	0,71
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	**4**	**95.120**	**90,47**	**79.296**	**98,78**
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios		95.120	90,47	79.296	98,78
Outros Valores a Receber		**15**	**0,01**	**510**	**0,63**
Outros valores a receber		-	-	500	0,62
Despesas Antecipadas		15	0,01	10	0,01
Total do ativo		**105.252**	**100,10**	**80.373**	**100,12**
Passivo					
Taxa de Administração e Gestão		99	0,09	76	0,09
Taxa de Custódia e Auditoria		13	0,01	11	0,02
Outros valores a pagar		1	-	7	0,01
Total do passivo		**113**	**0,10**	**94**	**0,12**
Patrimônio líquido		**105.139**	**100,00**	**80.279**	**100,00**
Total do passivo e patrimônio líquido		**105.252**	**100,10**	**80.373**	**100,12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Emphasis Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ: 57.339.373/0001-09
Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31 de julho de 2026 e do Período de 21 de outubro de 2024 (Início das Atividades) a 31 de julho 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/07/2026	21/10/2024 31/07/2025
Composição do resultado do exercício/período		
Títulos e Valores Mobiliários	**16.231**	**6.037**
Cotas de fundos de investimento	**16.231**	**6.037**
Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento	16.231	6.037
Demais despesas	**(1.012)**	**(423)**
Taxa de Custódia e Auditoria	(15)	(15)
Taxa de administração e gestão	(971)	(386)
Taxa de distribuição de cotas	(1)	(7)
Despesas do Serviço Financeiro	(8)	(6)
Taxa de fiscalização - CVM	(15)	(3)
Despesas Jurídicas	-	(1)
Outras despesas diversas	(2)	(5)
Resultado do exercício/período	**15.219**	**5.614**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de julho de 2026 e do Período de 21 de outubro de 2024 (Início das Atividades) a 31 de julho 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

		31/07/2026	21/10/2024 31/07/2025
Patrimônio líquido no início do exercício/período		**80.279**	**-**
Total de 71.478,550913 cotas Subordinada a R$ 1.123,119526		80.279	-
Resultado do exercício/período		**15.219**	**5.614**
Cotas emitidas		**10.800**	**75.200**
8.950,599201	cotas Subordinada	10.800	-
71.985,183346	cotas Subordinada	-	75.200
Cotas resgatadas		**(1.159)**	**(535)**
1.017,995389	cotas Subordinada	(1.159)	-
506,632433	cotas Subordinada	-	(535)
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas		**9.641**	**74.665**
Patrimônio líquido no final do exercício/período		**105.139**	**80.279**
Total de 79.411,154725 cotas Subordinada a R$ 1.323,977353		105.139	-
Total de 71.478,550913 cotas Subordinada a R$ 1.123,119526		-	80.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Emphasis Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
CNPJ: 57.339.373/0001-09
Administrado pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CNPJ: 62.285.390/0001-40

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto do Exercício Findo em 31 de julho de 2026 e do Período de 21 de outubro de 2024 (Início das Atividades) a 31 de julho 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/07/2026	21/10/2024 a 31/07/2025
Resultado Líquido do exercício/período	**15.219**	**5.614**
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o fluxo de caixa		
(-) Resultado com cotas de fundos de investimentos	(16.231)	(6.037)
(+) Taxa de administração e gestão não liquidada	99	76
(+) Taxa de custódia e auditoria não liquidada	13	11
Resultado Ajustado	**(900)**	**(336)**
(Aumento) em Cotas de fundos de investimento	(9.143)	(73.826)
Redução/(Aumento) em Outros valores a receber	495	(510)
(Redução)/Aumento em Valores a pagar	(93)	7
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	**(9.641)**	**(74.665)**
Cotas Emitidas	10.800	75.200
Cotas Resgatadas	(1.159)	(535)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	**9.641**	**74.665**
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**-**	**-**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	-	-
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira.

1 Contexto operacional

O Emphasis Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo") iniciou suas atividades em 21 de outubro de 2024, constituído na categoria "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)", sob a forma de condomínio aberto, em classe única de cotas, com prazo indeterminado de duração. Destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios ("cotas de fundos de investimento em direitos creditórios").

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito FGC.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de investimento regulamentados pela Resolução 175/22 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), complementadas pelas normas previstas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração do Fundo em 29 de outubro de 2026, que autorizou sua divulgação.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

b. Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original três meses ou menos, a partir da data da contratação e que estão sujeitas a

um risco insignificante de alteração no valor, e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

d. Fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada de acordo com o método indireto.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.

e. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, quando aplicável, em duas categorias especificas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- **Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;

- **Títulos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

f. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de Fundos de investimento são registrados pelo valor da aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores.

As valorizações e as desvalorizações dos investimentos em cotas de Fundos de investimento estão apresentadas na demonstração das evoluções do patrimônio líquido em "Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento".

g. Instrumentos financeiros

i. Classificação dos instrumentos financeiros

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio de resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação;

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: essa categoria inclui ativos financeiros adquiridos com o propósito de serem mantidos até o vencimento, para os quais o fundo tem a intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- Disponibilidades: saldos de caixa e depósitos à vista.

- Aplicações financeiras representadas por títulos e valores mobiliários: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.

- Aplicações financeiras representadas por instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como cotas de fundos de investimento, com natureza de instrumento de patrimônio para o emissor.

Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizados pelo fundo.

I. Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência em condições regulares de mercado.

Caso não exista valor de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características especificas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

Os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução do valor recuperável, onde as receitas deste grupo são reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio de utilização de taxa efetiva de juros.

Mensuração dos passivos financeiros

Em geral os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação a totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

h. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

A administradora do Fundo utiliza uma metodologia estatística, a fim de atender à instrução vigente. Os critérios adotados na constituição de provisões para perdas se aplicam de forma distinta para cada modalidade de fundo de investimento em direitos creditórios. Dessa forma, cada fundo de investimento em direitos creditórios será classificado em uma modalidade e depois sua carteira é avaliada com relação ao tratamento a ser dado aos direitos creditórios, se com base individual ou coletiva.

A Administração realiza o provisionamento de acordo com a faixa de atraso dos direitos creditórios e percentual definido pelo histórico de inadimplência dos fundos de investimento em direitos creditórios.

A revisão no apreçamento dos direitos creditórios é feita pelo administrador, mediante fatos apresentados pelo gestor do Fundo em questão ou diante de informações relevantes que alterem de forma concreta a expectativa de recebimento do direito creditório.

Cabe destacar que a precificação e o provisionamento de operações de crédito estão sujeitos a desvios e eventos atípicos que fogem do padrão de previsibilidade dos modelos estatísticos. Nesse contexto, para mitigar os riscos de perdas significativamente acima dos percentuais provisionados, a administradora mantém um controle contínuo da efetividade de seus modelos de provisionamento.

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação atinge os demais direitos de crédito do mesmo devedor inadimplente, ou seja, é estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

i. Passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes eram efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

1 O passivo contingente será reconhecido quando houver uma obrigação presente decorrente de eventos passados, seja provável a sua saída de recursos ou, no mínimo, uma estimativa confiável para sua mensuração.

2 O passivo contingente será mensurado pelo valor presente da melhor estimativa do montante necessário para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando os riscos e incertezas relevantes.

3 Caso a saída de recursos for remota, ou não for possível uma estimativa confiável, o passivo contingente não será reconhecido, mas será divulgada a natureza da contingência, juntamente com uma descrição de sua incerteza e possíveis impactos financeiros.

4 Títulos e valores mobiliários

O montante, a natureza, as faixas de vencimento dos títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, eram os seguintes:

Cotas de fundos de investimento:

	31.07.2026			
Nome do Fundo	**CNPJ**	**Valor unitário (R$)**	**Quantidade de cotas**	**Valor de mercado (R$)**
Amplic Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	32.933.119/0001-03	1.740,974400	1.159,005040	2.018
Audax Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	40.895.649/0001-32	51.032,666668	102,186398	5.215
Bankap Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Multissetorial - Sênior	45.018.852/0001-44	1.232,272079	5.808,268510	7.157
BBG I Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Senior	49.325.599/0001-22	1.138,550894	904,369155	1.030
Benfica Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	11.026.623/0001-50	32.237,706018	78,292848	2.524
Capital Forte Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Multissetorial - Sênior 7	14.364.744/0001-08	1.333,109720	1.000,000000	1.333

Capital Forte Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Multissetorial - Sênior 8	14.364.744/0001-08	1.038,370700	697,350070	724
Confiança Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	22.175.369/0001-78	45.883,815603	41,349645	1.897
Credere Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 3	19.153.705/0001-77	12.233,749203	199,242878	2.438
DMX Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Senior	55.523.204/0001-07	1.258,798109	5.448,385670	6.859
FMD Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Senior 1	47.846.883/0001-19	1.561,302691	1.246,069380	1.945
GFM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicrédito - Sênior	13.098.860/0001-51	6.516,547631	498,927275	3.251
GRU Fundo de Investimento em Direitos Creditorios SENIOR 1	47.847.076/0001-10	1.484,073385	2.975,557310	4.416
Investcon Fundo de Investimento em Direitos Creditorios SR1	22.406.927/0001-69	18.542,016468	14,455942	268
IOX II Fundo de Investimento em Direitos Creditorios RL	24.504.464/0001-01	57.056,417613	88,925082	5.074
Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	06.175.696/0001-73	88,389069	114.462,577000	10.117
JPI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	27.217.664/0001-63	55.853,775002	59,443057	3.320
Kreditare Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	23.274.015/0001-43	90.201,963980	11,732299	1.058
Lavoro Multicrédito II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos - Sênior	49.508.860/0001-20	1.707,572928	0,775258	1
Mobi Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	47.847.106/0001-99	41.761,520255	123,815312	5.171
MR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	22.175.405/0001-01	83.819,465060	12,854316	1.078
Nacional Cred Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Senior	47.859.927/0001-45	1.371,482040	1.009,220920	1.384
Netmoney Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	50.824.501/0001-60	1.333,883305	1.362,954970	1.818
Nova Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	33.289.359/0001-80	11.667,823994	686,483084	8.010
Onix Prime Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Senior	18.387.112/0001-02	5.100,309400	247,826550	1.264
Realinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	42.449.234/0001-60	1.426,977008	1.211,801140	1.729
Seja Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	24.987.402/0001-90	46.643,214393	109,503683	5.108
SP Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	49.007.595/0001-04	1.460,836742	4.297,785820	6.278
Stars Bank Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lp - Sênior	42.700.626/0001-50	50.606,733303	141,058962	7.139
Titan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	45.523.682/0001-55	31.772,380960	83,410644	2.650
Vector Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Senior VI	19.187.295/0001-85	1.014.871,545926	2,919699	2.963
Total				**105.237**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.07.2025			
Nome do Fundo	**CNPJ**	**Valor unitário (R$)**	**Quantidade de cotas**	**Valor de mercado (R$)**
Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	06.175.696/0001-73	77,132264	7.347,122255	567
Abc Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	42.582.289/0001-44	30.449,693227	54,013775	1.645
Amplic Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	32.933.119/0001-03	1.452,246538	1.159,005043	1.683
Audax Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	40.895.649/0001-32	42.944,261912	102,186398	4.388
Bankap Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Multissetorial - Sênior	45.018.852/0001-44	1.032,895164	2.159,504051	2.231
Benfica Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	11.026.623/0001-50	27.021,768362	78,292848	2.116
Capital Forte Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Multissetorial - Sênior 7	14.364.744/0001-08	1.117,417656	1.000,000000	1.117
Confiança Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	22.175.369/0001-78	38.459,989532	41,349645	1.590
Credere Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 3	19.153.705/0001-77	10.205,311329	199,242878	2.033
DMX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Responsabilidade Limitada - Sênior	55.523.204/0001-07	1.050,076577	2.889,979010	3.035
DSX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	31.368.600/0001-30	36.163,613305	31,016836	1.122
Ventura Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	22.753.713/0001-69	44.427,450642	55,340696	2.459
Fattor Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	48.965.359/0001-20	1.306,491822	1.651,259079	2.157
Four Credit Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	40.727.523/0001-59	37.834,915636	28,031598	1.061
GFM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multicrédito - Sênior	13.098.860/0001-51	5.514,595930	498,927275	2.751
Investcon Fundo de Investimento em Direitos Creditorios - Sênior 1	22.406.927/0001-69	15.393,970213	14,455942	223
FMD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	47.846.883/0001-19	1.305,067670	1.246,069382	1.626
JPI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	27.217.664/0001-63	46.592,843512	59,443057	2.770
Kreditare Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	23.274.015/0001-43	75.621,351881	11,732299	887
Lavoro Multicrédito II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos - Sênior	49.508.860/0001-20	1.431,754482	1.172,027451	1.678
Mobi Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	47.847.106/0001-99	34.932,787447	91,368377	3.192
MR Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	22.175.405/0001-01	70.597,205406	53,659304	3.788
Nacional Cred Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	47.859.927/0001-45	1.144,081094	2.620,861364	2.998
Netmoney Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	50.824.501/0001-60	1.118,060129	1.362,954970	1.524
Nova Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	33.289.359/0001-80	9.780,014194	414,902393	4.058
Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Onix Prime - Sênior	18.387.112/0001-02	4.275,098928	247,826550	1.059
Ophir Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	42.605.322/0001-04	1.655,148975	1.150,513814	1.904
Oxss Fundo de Investimento em Direitos Creditorios - Sênior	24.504.464/0001-01	47.596,155233	88,925082	4.232
Realinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	42.449.234/0001-60	1.190,374623	876,514875	1.043
Saturno Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 2	23.104.455/0001-52	1.117,861367	1.999,455001	2.235

Saturno Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 3	23.104.455/0001-52	1.047,820213	1.960,859275	2.055
Seja Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior 1	24.987.402/0001-90	38.908,354288	97,537776	3.795
Sp Capital Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	49.007.595/0001-04	1.212,817231	1.685,353346	2.044
Stars Bank Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lp - Sênior	42.700.626/0001-50	42.547,937832	141,058962	6.002
Titan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Sênior	45.523.682/0001-55	26.631,731073	104,943744	2.795
Total				**79.863**

No exercício findo em 31 de julho de 2026, as operações com cotas de fundos de investimento geraram um resultado positivo de R$ 16.231 (R$ 6.037 no período 21 de outubro de 2024 (início das atividades) a 31 de julho de 2025) e está registradas em "Resultado de aplicações em cotas de fundos de investimento".

5 Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo realizar operações de day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia. O Fundo não realizará operações em mercados derivativos, sem prejuízo da atuação em tais mercados pelos fundos de investimento em direitos creditórios.

No exercício findo em 31 de julho de 2026 e período 21 de outubro de 2024 (início das atividades) a 31 de julho de 2025, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos derivativos.

6 Gerenciamento e controles relacionados aos riscos

Tipos de risco

Risco de mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos podem ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo podem sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Risco de crédito

Consiste no risco da contraparte, em algum instrumento financeiro, não honrar os pagamentos devidos ao Fundo. Os Fundos que investem em direitos creditórios estão sujeitos a risco de perda em caso de eventos que acarretem a não realização dos ativos integrantes de sua carteira, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo.

Risco de liquidez

Consiste no risco de o Fundo não honrar suas obrigações ou os pagamentos de resgates nos prazos previstos no seu regulamento. Esse risco é associado ao grau de liquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo e aos prazos previstos para conversão em quantidade de cotas, amortizações e pagamento dos resgates solicitados.

Os Fundos de investimento em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos Fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação destes direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros, ou caso os cotistas recebam estes direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) pode não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação pode causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas podem ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento, isto é, não há qualquer garantia ou certeza de que é possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Patrimônio líquido negativo

As aplicações decorrentes da classe estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco sistêmico, risco de crédito, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, não havendo garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a classe e os cotistas. As estratégias de investimento da classe podem fazer com que o patrimônio líquido seja negativo, hipótese em que, sendo a responsabilidade dos cotistas ilimitada, os cotistas são obrigados a realizar aportes adicionais de recursos.

Possíveis falhas na originação e formalização de direitos creditórios adquiridos

As operações que originam os direitos creditórios adquiridos, bem como os respectivos documentos comprobatórios, podem apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Desse modo, os documentos comprobatórios podem não ser suficientes ou não serem aceitos pelo poder judiciário como títulos executivos extrajudiciais e assim, pode ser necessária uma decisão judicial para efetivação do pagamento relativo aos direitos creditórios adquiridos pelos devedores, havendo a possibilidade de ser proferida uma decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, a classe pode sofrer prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento dos recursos.

Dação em pagamento de ativos

Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação da classe, as cotas podem ser resgatadas por meio de dação em pagamento dos direitos creditórios adquiridos e dos ativos financeiros integrantes da carteira da classe, nos termos autorizados pelo regulamento. Os cotistas podem enfrentar dificuldades para negociar ou vender os direitos creditórios adquiridos e os ativos financeiros da classe ou para cobrar os valores devidos pelos respectivos devedores.

Operações com derivativos

A classe pode realizar operações com derivativos desde que visando proteção patrimonial. As operações com derivativos, normalmente, acrescentam riscos à carteira da classe e podem afetar

a sua rentabilidade de forma negativa.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese a Administradora, a Gestora ou o Custodiante são responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

O controle do risco de mercado é baseado em cenários na perda máxima aceitável, de modo a evitar que se incorra em risco excessivo, mediante a análises qualitativas e quantitativas, que consideram fatores como cenários de estresse, avaliação da equipe de gestão, processo de investimento, consistência na performance e gerenciamento de risco, bem como por meio de constante monitoramento. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento.

A avaliação do risco de crédito é efetuada pela Administradora através o monitoramento prospectivo e retrospectivo dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável. Em caso de ocorrência de algum default no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou da contraparte é avaliada pelo comitê de crédito da Administradora, onde são tomadas decisões para a constituição de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

A descrição detalhada dos riscos encontra-se no regulamento do Fundo.

7 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Data	PL Médio	Valor da cota Subordinada	Rentabilidade %
31/07/2026	92.704	1.323,977353	17,88
31/07/2025	46.527	1.123,119526	12,31

(*) Data do início das atividades da cota do Fundo.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

8 Emissões, integralização e resgates de cotas

Emissão/Integralização

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais do patrimônio líquido da classe, sendo nominativas e escriturais em nome de seu titular ("cotas").

As cotas conferem a seus titulares direitos patrimoniais e políticos iguais. Todas as cotas terão direito de voto na assembleia geral de cotistas, devendo o cotista exercer o direito de voto no interesse do Fundo.

O valor nominal unitário da cota é de R$ 1.000,00 (mil reais) para fins de primeira emissão e os aportes seguintes seguirão o valor da cota calculado na forma abaixo.

O valor unitário das cotas é calculado todo dia útil para efeito de definição de seu valor de integralização ou resgate e é equivalente à divisão do patrimônio líquido do Fundo, sendo calculado no fechamento de cada dia útil pela Administradora.

Na integralização de cotas deve ser utilizado o valor da cota em vigor no fechamento do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo/conta da classe.

No momento da subscrição das cotas, o cotista atestará, por meio de assinatura de termo de adesão, que: (i) possui pleno conhecimento dos riscos envolvidos no investimento no Fundo e na classe, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, da necessidade de aporte na ocorrência de patrimônio líquido negativo e, se for o caso, da ausência de classificação de risco das cotas subscritas; (ii) ciência de assunção de responsabilidade ilimitada; e (iii) tem acesso ao inteiro teor do regulamento.

No exercício findo em 31 de julho de 2026, foram emitidas 8.950,599201 cotas Subordinada no montante de R$ 10.800.

No período 21 de outubro de 2024 a 31 de julho de 2025, foram emitidas 71.985,183346 cotas subordinadas do Fundo no montante de R$ 75.200.

Resgate

As cotas podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem período de carência, por meio de solicitação

encaminhada à Administradora, observadas às condições dos itens abaixo.

O valor unitário das cotas é calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de resgate, sendo resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas da classe, apurados, ambos, no encerramento do dia, assim entendido, para os efeitos deste anexo, o horário de fechamento dos mercados em que classe atue ("cota de fechamento").

Os recursos provenientes do resgate são disponibilizados ao cotista na conta corrente de sua titularidade cadastrada no registro de cotistas da classe, mediante crédito em conta corrente ou transferência eletrônica (com as tarifas incidentes), exceto se a distribuição das cotas for realizada na modalidade conta e ordem.

Os resgates ocorrem mediante:

A) instrução escrita ou eletrônica (se disponível) do cotista ao distribuidor ou diretamente à Administradora;

B) conversão de cotas em recursos baseada no valor da cota de fechamento de d+0 da solicitação ou; e

Para fins de atualização e conversão das cotas da classe, sábados, domingos e feriados nacionais não são considerados dias úteis.

Cada resgate é pago observado um prazo de pagamento de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de solicitação do resgate à Administradora.

Após o término do prazo de pagamento mencionado acima, caso o Fundo ainda não tenha recursos líquidos disponíveis para o pagamento dos resgates solicitados: (a) a Administradora suspende a aquisição de novos ativos permitidos até que o Fundo disponha de recursos para pagar integralmente os resgates solicitados; e (b) o cotista deve aguardar a disponibilidade de tais recursos, a serem obtidos por meio da alienação ou do recebimento pelo Fundo dos recursos financeiros necessários.

Para fins de aplicação e resgates das cotas da classe, não são considerados dias úteis (i) sábados, domingos e feriados nacionais; (ii) os dias em que não houver expediente bancário; e (iii) os dias em que o mercado relativo às operações preponderantes da classe não estiver em funcionamento.

As movimentações dos cotistas na classe devem ocorrer em dias úteis na localidade da sede da Administradora, em horário definido conforme documentos do Fundo ou no site do distribuidor.

Admite-se o resgate de cotas em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios e ativos financeiros de liquidez exclusivamente:

I – Por deliberação da assembleia de cotistas, nos termos do art. 44, § 3º, inciso iv, da parte geral da resolução CVM 175;

II – Por deliberação da assembleia de cotistas de que trata o art. 126, da parte geral da resolução CVM 175;

III – Pelo exercício do direito de dissidência, nos termos do art. 55, parágrafo único, do anexo

normativo ii da resolução CVM 175; ou

IV – Em caso de liquidação antecipada da classe.

No caso de fechamento dos mercados e/ou em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira da classe, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a Administradora e a Gestora, de comum acordo, podem declarar o fechamento da classe para a realização de resgates.

Caso seja declarado o fechamento da classe para a realização de resgates, a Administradora deve proceder à imediata divulgação de fato relevante, tanto por ocasião do fechamento, quanto da reabertura da classe.

Caso a classe permaneça fechada por período superior a 5 (cinco) dias consecutivos, a Administradora deve obrigatoriamente, além da divulgação de fato relevante por ocasião do fechamento, convocar no prazo máximo de 1 (um) dia, para realização em até 15 (quinze), assembleia geral extraordinária para deliberar sobre as seguintes possibilidades, que podem ser adotadas de modo isolado ou conjuntamente:

A) a substituição da Administradora, da Gestora ou de ambas;

B) a reabertura ou manutenção do fechamento da classe para resgate;

C) a possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários;

D) a cisão do Fundo ou da classe; e/ou

E) a liquidação da classe.

Na hipótese da assembleia geral extraordinária referida não chegar a acordo comum referente aos procedimentos para a liquidação da classe e pagamento de resgates em títulos e valores mobiliários, estes são dados em pagamento aos cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista é calculada conforme a proporção de cotas detida por cada cotista sobre o valor total das cotas em circulação à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, a Administradora está desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas do regulamento do Fundo e anexo, ficando autorizada a liquidar a classe única e consequentemente o Fundo perante as autoridades competentes.

Na hipótese descrita acima, a Administradora deve notificar os cotistas, (a) para que os mesmos elejam um Administrador para o referido condomínio de títulos e valores mobiliários, na forma do artigo 1.323 do código civil brasileiro, (b) informando a proporção a que cada cotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os cotistas após a constituição do condomínio.

Caso os cotistas não procedam à eleição do Administrador do condomínio referido acima, essa função é exercida pelo cotista que detenha a maioria das cotas em circulação.

A classe deve permanecer fechada para aplicações enquanto perdurar o período de suspensão de resgates.

No exercício findo em 31 de julho de 2026, foram resgatadas 1.017,995389 cotas Subordinada no montante de R$ 1.159.

No período 21 de outubro de 2024 a 31 de julho de 2025, foram resgatadas 506,632433 cotas subordinadas do Fundo no montante de R$ 535.

9 Característica das cotas

As cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, de classe única e sem divisão em subclasses, não havendo, portanto, distinção ou relação entre elas, exceto quando da hipótese da emissão de nova série de cotas, quando então pode não haver distinções entre as séries, quanto ao prazo de amortização e de resgate. As cotas são escriturais e mantidas em contas de depósito em nome dos respectivos cotistas. A qualidade de cotista caracteriza-se pela abertura da conta de depósito em seu nome.

Não há qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os cotistas titulares de cotas do Fundo.

A classe não é dividida em subclasses, não sendo admitido qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas da classe única do Fundo.

10 Prestadores de serviços

Custódia	QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria	QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Administração	QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Escrituração	QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão	Tercon Investimentos Ltda.
Cogestora	M8 Partners Gestora de Recursos Ltda.
Tesouraria	QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Distribuição de cotas	QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

11 Custódia dos títulos em carteira

As cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo estão sob a responsabilidade do Administrador.

12 Partes relacionadas

O Fundo não pode realizar aplicações em direitos de crédito e ativos financeiros de titularidade da administradora, do custodiante e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

		31.07.2026		31.07.2025	
Descrição	**Parte Relacionada**	**Passivo**	**Resultado**	**Passivo**	**Resultado**
Taxa de Administração	QI CTVM	(4)	(45)	(4)	(34)
Taxa de Custódia	QI CTVM	-	(5)	-	(4)
Taxa de Gestão	Tercon Investimentos Ltda	(95)	(926)	(72)	(352)

13 Remuneração da administração, gestão e custódia

A taxa de administração da classe, referente aos serviços de administração, custódia, controladoria e escrituração, corresponde a uma remuneração fixa mensal no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

A taxa de gestão da classe corresponde a uma remuneração no percentual de 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do Fundo.

A taxa de cogestão da classe corresponde a uma remuneração no percentual de 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do Fundo.

As remunerações das cláusulas acima, são calculadas linearmente, provisionadas à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) e pagas mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, sendo calculadas e provisionadas em todo dia útil e são reajustadas anualmente, com base no índice da variação positiva do IPCA, contados a partir da data de início do funcionamento do Fundo e/ou da classe, ou do início da prestação de serviço, conforme o caso.

A taxa de administração, a taxa de gestão, a taxa de cogestão e a taxa de custódia não incluem os demais encargos do Fundo ou da classe, os quais são arcados diretamente pelo patrimônio da classe.

A taxa de administração, a taxa de gestão, a taxa de cogestão e a taxa máxima de custódia compreendem as taxas de administração, de gestão e de custódia das classes cujas cotas sejam adquiridas pela classe, conforme a política de investimento descrita no presente anexo.

Não são cobradas dos cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de desempenho, taxa de ingresso ou taxa de saída.

No exercício findo em 31 de julho de 2026, foram debitados os montantes de R$ 45 a título de taxa de administração, R$ 926 a título de taxa de gestão e R$ 5 a título de taxa de custódia.

No período 21 de outubro de 2024 (início das atividades) a 31 de julho de 2025, foram debitados os montantes de R$ 34 a título de taxa de administração, R$ 352 a título de taxa de gestão e R$ 4 a título de taxa de custódia.

14 Política de distribuição de resultado

Os resultados auferidos são imediatamente reinvestidos no Fundo mediante a valorização das cotas.

15 Divulgação de informações

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, nos formatos permitidos pela RCVM 175, devendo permanecer à disposição dos cotistas para consulta, na sede e agências da administradora e nas instituições autorizadas a distribuir cotas do fundo, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que pudessem, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocará à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de cotas de FIDCs e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das cotas seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas na RCVM 175.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

(ii) de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estão sujeitas às normas de escrituração estabelecidas na instrução vigente e são auditadas por auditor independente registrado na CVM, nos termos estabelecidos na referida instrução.

Á Administradora cabe divulgar, em seu site ou no site da CVM, conforme o caso, no mínimo, anualmente: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo; (ii) o valor da cota; (iii) a relação entre o patrimônio líquido e o valor das cotas seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas no regulamento do Fundo e na legislação vigente.

A divulgação aos cotistas das informações previstas no regulamento do Fundo deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, nos periódicos utilizados para a divulgação de informações do Fundo, conforme o caso, ou por meio de (ii) correio eletrônico ou carta enviados ao cotista. qualquer mudança, com relação aos periódicos, conforme o caso, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

16 Legislação tributária

IOF

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao IOF.

Imposto de renda

De acordo com o artigo 16 da Instrução Normativa (IN) nº 1.585/15 da Secretaria da Receita Federal (SRF) alterada pela IN 1.637/16, IN 1.720/17 e IN 1.916/19, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos dos fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, quando aplicável, é apurado quando da amortização ou no resgate de cotas, em decorrência do término de duração ou da liquidação do Fundo. Os rendimentos auferidos pelos cotistas são tributados pelo Imposto de Renda na Fonte com base em alíquotas decrescentes, entre 22,50% e 15%, em função: (i) do prazo de aplicação dos recursos pelos cotistas; (ii) da composição da carteira; e (iii) do prazo de vencimento dos títulos constantes na carteira do Fundo.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo Fundo ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que o cotista possua investimentos.

Em 12 de dezembro de 2023 foi aprovado a Lei Nº 14.754/23, que dispõe sobre a tributação de aplicações em fundos de investimento no País e da renda auferida por pessoas físicas residentes no País em aplicações financeiras, entidades controladas e trusts no exterior; altera as Leis nºs 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.892, de 13 de julho de 2004, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004, do Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Os rendimentos das aplicações em fundos de investimento ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF no último dia útil dos meses de maio e novembro ("Tributação Periódica") ou na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

O CMN publicou, em 21 de dezembro de 2023, a Resolução CMN n° 5.111/2023, que traz as definições de Entidade de Investimento e de Direitos Creditórios para fins de interpretação e aplicação das disposições estabelecidas na Lei nº 14.754/23. A Administração, com base nas definições trazidas pela nova regulamentação, analisou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento".

Enquanto fundo de investimento enquadrado como entidade de investimento, o Fundo fica sujeito à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas e não fica sujeito à Tributação Periódica citada acima.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

17 Rating

O Fundo se encontra enquadrado aos critérios de dispensa de classificação de risco.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

A Administradora, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela Next Auditores Independentes S.S. relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a estes fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, qual seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

20 Deliberação em assembleia

No exercício findo em 31 de julho de 2026 não houve deliberação em assembleia de cotistas.

21 Fatos relevantes

No dia 6 de novembro de 2025 foi publicado no Diário Oficial da União, seção 3 página 212, no item 294590 a aprovação da incorporação pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ 62.285.390) da QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ 46.955.383), mediante versão da totalidade de seu patrimônio e consequente extinção, sucedendo-lhe a incorporadora em todos os direitos e obrigações; cancelamento da autorização para funcionamento da sociedade incorporada; transferência do controle direto para QI Holding Financeira Ltda. (CNPJ 40.852.432); mudança de denominação social para QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (AGEs de 12.9.2025). Decisão: Chefe. Data: 03.11.2025.

Sendo assim, os Fundos antes administrados pela QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Empresa Incorporada”) passam a ser administrados pela QI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Empresa Incorporadora”), anteriormente denominada “Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.”.

22 Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Contador	**Diretor responsável**
Ricardo Cavalari da Silva	Daniel Doll Lemos
CRC: SP-322316/O-5	

***